



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**RAFAEL DO NASCIMENTO**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

**RAFAEL DO NASCIMENTO**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado à Banca Examinadora pelo Departamento de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Área de Concentração:** Administração de Empresas

**Orientadora:** Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes

**CAMPINA GRANDE – PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244a Nascimento, Rafael do.

Análise da aplicação do princípio da entidade em micro e pequenas empresas na cidade de Campina Grande - PB [manuscrito] / Rafael do Nascimento. - 2019.

31 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes, Coordenação do Curso de Administração - CCSA."

1. Princípio da entidade. 2. Micro e pequenas empresas. 3. Administração financeira. I. Título

21. ed. CDD 658.022

**RAFAEL DO NASCIMENTO**

**ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E  
PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo) apresentado à Banca Examinadora pelo Departamento de Administração da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

**Área de Concentração:** Administração de Empresas

Aprovado em: 28/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

Kaline Di Pace Nunes

Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Ana Maria da Paixão Duarte

Profa. Dra. Ana Maria da Paixão Duarte  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Larissa Ataíde M. Lins Bezerra

Profa. Dra. Larissa Ataíde Martins Lins Bezerra  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho aos meus pais, Severino do Nascimento e Francinete Rosa do Nascimento, que me ajudaram durante essa caminhada.

Aos meus irmãos Iara Rosa do Nascimento e Natanael do Nascimento.

À minha avó, Maria Rosa da Guia Guimarães.

*Por isso não tema, pois estou com você;  
Não tenha medo, pois sou seu Deus.  
Eu o fortalecerei e o ajudarei,  
Eu o segurarei  
Com a minha mão direita vitoriosa  
Isaías, 41:10*

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Classificação das empresas de acordo com o faturamento .....	13
<b>Quadro 2</b> - Classificação das causas contribuintes para a mortalidade precoce .....	16
<b>Tabela 1</b> - Faixa etária e gênero dos respondentes .....	18
<b>Tabela 2</b> - Estado civil e grau de escolaridade dos respondentes .....	18
<b>Tabela 3</b> - Formação superior dos pesquisados .....	19
<b>Tabela 4</b> - Tempo de atuação da empresa no mercado .....	20
<b>Tabela 5</b> - Porte das empresas participantes .....	20
<b>Gráfico 1</b> - Grau de conhecimento sobre Contabilidade .....	21
<b>Gráfico 2</b> - Conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade na organização .....	21
<b>Gráfico 3</b> - Frequência de reunião com contadores .....	22

## **LISTA DE SIGLAS**

<b>CFC</b>	Conselho Federal de Contabilidade
<b>EPP</b>	Empresa de Pequeno Porte
<b>ME</b>	Microempresa
<b>MPEs</b>	Micro e Pequenas Empresas
<b>NBCs</b>	Normas Brasileiras de Contabilidade
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>TCC</b>	Trabalho de Conclusão de Curso
<b>UEPB</b>	Universidade Estadual da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Educação Financeira .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1.10 equilíbrio financeiro pessoal e seu reflexo nas organizações .....</b>	<b>12</b>
<b>2.2 Micro e pequenas empresas .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2.1 Princípio da entidade e sua relevância para gestão das micro e pequenas empresas .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2.2 Fatores condicionantes a mortalidade das micro e pequenas empresas .....</b>	<b>15</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>17</b>
<b>4.1 Perfil dos respondentes .....</b>	<b>18</b>
<b>4.2 Características das empresas.....</b>	<b>20</b>
<b>4.3 Conhecimento e aplicabilidade do Princípio da Entidade .....</b>	<b>20</b>
<b>4.4 Fatores emocionais .....</b>	<b>23</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>25</b>
<b>APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA .....</b>	<b>28</b>

## ANÁLISE DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ENTIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB

### MICRO AND SMALL ENTERPRISES IN CAMPINA GRANDE, PB, BRAZIL: AN ANALYSIS OF THEIR USE OF THE ECONOMIC ENTITY PRINCIPLE

Rafael do Nascimento<sup>1</sup>  
Kaline Di Pace Nunes<sup>2</sup>

#### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral a análise da aplicação do Princípio da Entidade em micro e pequenas empresas da cidade de Campina Grande-PB. O objetivo do estudo é identificar se os micro e pequenos empreendedores conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização. Para alcançar esse objetivo o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário aplicado a um grupo alvo de empreendedores que foram escolhidos aleatoriamente de acordo com a disponibilidade de cada gestor dos mais diversos segmentos. Inicialmente o estudo conceituou temas fundamentais, como: educação financeira, micro e pequenas empresas, fatores condicionantes para a mortalidade das MPEs, Princípio da Entidade, entre outros. Posteriormente, foi realizada a apuração e a análise dos dados obtidos, constatando que das MPEs analisadas 60,8% afirmam não conhecer o Princípio da Entidade, 20% conhecem e aplicam e 19,2% conhecem, mas não aplica na gestão da organização.

**Palavras-chave:** Princípio da Entidade, Micro e Pequenas Empresas, Administração Financeira.

#### ABSTRACT

The main objective of this study is to analyze the use of the economic entity principle by micro and small enterprises (MSEs) in the city of Campina Grande, Paraíba, Brazil. It is to identify whether or not MSE owners understand and practice the economic entity principle in the financial administration of their organizations. The data collection tool used to achieve this objective was a questionnaire. It was used to conduct a survey of a target population of entrepreneurs from a broad spectrum of sectors, who were randomly selected according to their willingness to participate. Initially, the study discusses key themes such as financial education, MSEs, factors that contribute to the failure of MSEs, the economic entity principle, etc. Subsequently, the study undertakes data-analysis of the survey results. Of the participating entities, 60.8% are not aware of the economic entity principle, 20% are both aware of and practice the economic entity principle, and 19.2% are aware of the principle, but do not practice it in the management of their organizations.

**Keywords:** economic entity principle, micro and small enterprises, financial administration

---

<sup>1</sup> Graduando em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: rafaeldonascimento483@gmail.com

<sup>2</sup> Professora orientadora, mestra em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: kalinedipace@hotmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

A constituição de empresas surge através do interesse de pessoas que desejam possuir seu próprio negócio, muitas vezes com a perspectiva de aumentar renda tornando-se independente, geralmente é o caso dos microempreendedores individuais, como também pessoas ou grupos que decidem por investir, assim obtendo lucratividade através da oferta de produtos ou serviços e tudo isso caracterizado pela arte de empreender.

Para Dornelas (2008), os empreendedores são pessoas diferenciadas, que possuem motivação singular, apaixonadas pelo que fazem, não se contentam em ser mais um na multidão, desejam ser reconhecidas e admiradas, referenciadas e imitadas, querem deixar um legado. Uma vez que as pessoas estão revolucionando o mundo, seu comportamento e o próprio processo empreendedor devem ser estudados e entendidos.

Para tornar o investimento um diferencial no mercado, antes de tudo deve haver um entendimento do objetivo, acreditar em seu plano de negócio, gostar do que faz e nunca enxergar os gargalos como dificuldade impedindo o desenvolvimento, mas sim fazer deles oportunidades para crescimento. O comportamento do indivíduo refletirá na longevidade do negócio, além de novas estratégias, motivação e amor pelo que faz, é necessário por parte dos gestores o controle emocional, o mesmo torna-se essencial para o planejamento e controle das finanças, assegurando bons rendimentos e consequentemente a consolidação do empreendimento no mercado.

Os recursos financeiros da organização devem ser gerenciados com competência, atendendo aos prazos e analisando riscos, isso contribui para o desenvolvimento da empresa, os empreendedores devem estar aptos a lidar com as finanças de modo eficiente e eficaz para as tomadas decisões e que tenham inteligência financeira para o uso do dinheiro sem confundir o pessoal com as receitas da empresa, isso acontece muito com os microempreendedores individuais.

Com o aumento do número de pessoas que decidem constituir o seu próprio negócio a cada ano e que geralmente tornam-se microempreendedores individuais, é curioso saber o motivo pelo quais chegaram a decisão de empreender, como também saber a perspectiva de futuro dessas pessoas, além de identificar o motivo que contribui para as pequenas empresas encerrarem suas atividades com menos de dois anos de funcionamento.

Conforme pesquisa elaborada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – (SEBRAE) (2016), a taxa de mortalidade no Brasil apurada para as empresas constituídas e registradas nas Juntas Comerciais dos Estados no ano de 2012, revela que 23,4% encerraram suas atividades com até 02 (dois) anos de existência, 45,0% não sobrevivem além dos 04 (quatro) anos.

De acordo com Matias e Júnior (2002) o ponto fraco das micro e pequenas empresas está ligado à má administração, que é responsável por 90% dos fracassos, sendo um dos principais fatores de insucesso das micro e pequenas empresas brasileiras, haja vista que a administração está concentrada nas mãos de poucas pessoas, muitas desconhecem os princípios de administração e instrumentos básicos de gestão. Dentre as áreas de gestão de uma organização, o setor financeiro requer uma atenção diferenciada, uma vez que o dinheiro se torna essência para a manutenção do negócio.

Na busca pela compreensão dos fatores que levam as micro e pequenas empresas – MPEs a encerrarem suas atividades em menos de dois anos de sobrevivência, considerando os perfis dos empreendedores, conhecendo os princípios administrativos e contábeis, surge o questionamento: **De que maneira os proprietários das micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização?**

Diante disso, o objetivo geral é identificar se os proprietários das micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização. Assim evidenciando uma relação direta entre o cumprimento do Princípio da Entidade com o sucesso das organizações, considerando que o controle financeiro pessoal, a inteligência emocional contribui efetivamente para que as empresas se mantenham ativas por muitos anos e sempre em crescimento ao longo do tempo, avaliar o desempenho das organizações mostrando situações, efeitos e consequências em casos de violação do Princípio da Entidade por parte dos pequenos empresários como também compreender que a educação financeira pessoal reflete de forma positiva nos negócios.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Educação Financeira**

A educação financeira surge da conscientização em economizar o que ganha, comprar somente o necessário, podendo assim acumular dinheiro para situações inesperadas. Segundo Cotias (2008) “o ideal é economizar pelo menos 10% dos vencimentos mensais, dica que também vale para o 13º salário. Se tiver alguma necessidade iminente de consumo, é preciso compensar aquele gasto com algum outro tipo de economia”.

Dentre os objetivos pessoais deve haver bem-estar social, como também prioridade nas decisões de investimento, destinar parte do seu dinheiro para necessidades básicas, outra para os desejos pessoais e poupança. Assim, aumentando a possibilidade de sucesso em tudo que se decida fazer, fortalecendo o estado de espírito que contribui para melhores resultados e o bem-estar financeiro como coloca Pereira.

A educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano de viver bem, física, emocional, intelectual, social e espiritualmente. Educação financeira não é apenas o conhecimento de mercado financeiro com todos os seus jargões, produtos, taxas e riscos, mas esse conhecimento faz parte do processo. Essa é uma forma de estar aberto ao processo constante de aprendizagem, com a alegria da descoberta, para ir atualizando a própria vida. É conhecer fontes de informação, como sites, chats, fóruns via internet, jornais, livros, revistas, consultorias e acessá-las sempre que precisar (PEREIRA, 2001, p.199).

A sociedade contemporânea exige dos indivíduos um domínio amplo de diversos conhecimentos que possam garantir-lhes um bem-estar no ambiente em que vive, Savoia, Saito e Santana (2007) afirmam que os indivíduos precisam dominar uma série de conhecimentos formais para compreender a lógica das forças que influenciam o ambiente e suas relações com os demais, para eles, o caminho para obter parte desses conhecimentos perpassa pela educação financeira.

A educação financeira ajuda a lidar com as mais diversas situações sem que as decisões tragam prejuízos futuros e agindo sempre de forma consciente. É interessante que a utilização dos recursos financeiros pessoais esteja atrelada a uma qualidade de vida balanceada. A definição de objetivos é fundamental para uma vida financeira equilibrada, a partir disso, cada pessoa determinará metas para alcançar seus objetivos, sendo assim, antes de comprar qualquer coisa pensará melhor antes de adquirir produtos ou serviços que não estavam em sua lista de prioridades. A educação financeira é uma ferramenta essencial para a realização dos sonhos. Os indivíduos com mais capacitação e que possuem algum conhecimento financeiro podem realizar escolhas e tomar decisões financeiras mais conscientes (Miranda, 2012).

Quando aprimoram tais capacidades, os indivíduos tornam-se mais integrados à sociedade e mais atuantes no âmbito financeiro, ampliando o seu bem-estar. Mudanças

tecnológicas, regulatórias e econômicas elevaram a complexidade dos serviços financeiros. Mas a insuficiência de conhecimento sobre o assunto, por parte da população, compromete as decisões financeiras cotidianas dos indivíduos e das famílias, produzindo resultados inferiores ao desejado.

Para o alcance dos objetivos os indivíduos precisam dominar um conjunto de informações que proporcione uma compreensão dos fatores que influenciam o ambiente e as relações com os demais, como também no âmbito empresarial no caso dos proprietários de empresas que devem retirar seu pró-labore com consciência, fazendo retiradas de acordo com a capacidade da empresa sem comprometer as finanças empresariais. Tudo isso pode ser adquirido por meio da educação financeira, entendida como um processo de transmissão de conhecimento que capacita os indivíduos, para que eles possam tomar decisões fundamentadas e seguras, melhorando o gerenciamento de suas finanças pessoais.

Para Braunstein e Welch (2002) além do benefício pessoal, a educação financeira favorece o melhor desenvolvimento do mercado financeiro, como também, propicia maior segurança aos micro e pequenos empreendedores que investem em seus negócios:

Participantes informados ajudam a criar um mercado mais competitivo e eficiente. Consumidores conscientes demandam por produtos condizentes com suas necessidades financeiras de curto e longo prazo, exigindo que os provedores financeiros criem produtos com características que melhor correspondam a essas demandas (BRAUNSTEIN; WELCH, 2002, p.445).

A educação financeira tornou-se uma preocupação crescente em diversos países, gerando um aprofundamento nos estudos sobre o tema. Embora haja críticas quanto à abrangência dos programas e seus resultados, principalmente entre a população adulta, é inegável a importância do desenvolvimento de ações planejadas de habilitação da população, entre essas ações está a implementação da educação financeira na escola a partir das primeiras séries no ensino básico a exemplo de países como a França, Estados Unidos e Reino Unido em caráter facultativo como aponta estudos da organização para cooperação e desenvolvimento econômico (OCDE).

A OCDE (2005) considera que a educação financeira pode beneficiar a todas as pessoas, independentemente do nível de renda. Para os jovens que estão iniciando no mercado de trabalho, ela pode ser uma ferramenta básica de planejamento e poupança de modo que suas despesas e dívidas fiquem controladas.

Educação financeira sempre foi importante aos consumidores, para auxiliá-los a orçar e gerir a sua renda, a poupar e investir, e a evitar que se tornem vítimas de fraudes. No entanto, sua crescente relevância nos últimos anos vem ocorrendo em decorrência do desenvolvimento dos mercados financeiros, e das mudanças demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2004, p.223).

No Brasil, o tema ainda não ganhou as mesmas proporções em termos de implantação na educação básica, o que existe são algumas iniciativas independentes ou por parte de algumas instituições públicas e privadas, que contribuem para a informação do consumidor, mas ainda está aquém da transferência de conhecimentos financeiros necessários as decisões de mercado e de negócios por parte da população (VIEIRA; BATAGLIA; SEREIA, 2011).

Antes de tomar qualquer decisão em relação a compra de novos produtos ou serviços deve-se analisar se realmente é necessário para o momento. Ao receber seus proventos indica-se reservar um percentual para poupança, para os desejos pessoais e para as necessidades básicas de sobrevivência. O cuidado maior deve ser no valor destinado a compras e investimentos como no caso do micro e pequeno investidor, saber como e onde aplicar o dinheiro para obter sucesso nos negócios está diretamente ligado a educação financeira.

Ao analisar as receitas e despesas as pessoas podem se deparar com resultados que mude a forma como administrar seu dinheiro e seu negócio, caso as despesas estejam maiores que as receitas será necessária uma tomada de decisão urgente, como reduzir os gastos ou aumentar a receita.

O melhor sempre será unir as duas possibilidades, atrelado a esse aumento das receitas surge a criação de modelos de pequenos negócios como alternativa de gerar lucro, aumentar a renda ou até mesmo realizar o sonho de constituir sua empresa. Geralmente surgem na informalidade e posteriormente se regularizam de acordo com o tipo estabelecido pelos órgãos, essa definição baseada na quantidade de funcionários ou pelo faturamento da empresa.

Por fim, não há como negar que a educação financeira é fundamental na sociedade brasileira contemporânea, visto que influencia diretamente as decisões econômicas dos indivíduos e das famílias como também das empresas. Desse modo, torna-se fundamental a ampliação da visão sobre o assunto e discutir os modelos que surgem da inserção da educação financeira no contexto político e a possibilidade de introdução na educação básica.

### ***2.1.10 equilíbrio financeiro pessoal e seu reflexo nas organizações***

Finanças pessoais, familiares e finanças empresariais são matérias distintas e cada uma tem influência no comportamento das pessoas. O equilíbrio financeiro tem reflexos em diversas áreas como saúde, bem-estar, conhecimento, e o dinheiro é a ferramenta utilizada para adquirir bens ou serviços de acordo com a necessidade de cada indivíduo, ou seja, realizar as aspirações humanas. Conforme Silva (2004), finanças é um ramo da economia que trata do relacionamento com a obtenção e a gestão do dinheiro e os recursos ou o capital, por parte de uma pessoa ou empresa.

O maior desafio para uma vida financeira saudável é entender sempre o seu tamanho, ou seja, nunca gastar mais do que ganha afim de não exceder o limite de despesas mensais para não ultrapassar as receitas, gerando desequilíbrio que pode atingir outras áreas de sua vida ou de seus dependentes. Em caso de microempreendedores podendo atingir até as finanças empresariais.

Segundo Pires (2007, p. 13) “as finanças pessoais têm por objeto de estudo e análise, as condições de financiamento das aquisições de bens e serviços necessários à satisfação das necessidades e desejos individuais”. Portanto, é imprescindível ter conhecimento e saber gerir com competência suas finanças, pois, será através do equilíbrio financeiro que o indivíduo alcançará um bem-estar social.

Para alcançar esse equilíbrio financeiro, precisa-se, de um esforço concentrado para o controle das finanças pessoais. O dinheiro deve ser encarado como um instrumento que proporcione felicidade e que seja suporte para a realização pessoal e não como causa de aflição, sofrimento, conflito e inquietude. A favor desse descontrole, existem as publicações em outdoors, e-mails, telefones celulares, no rádio do carro ou do ônibus, na televisão, em casa ou no trabalho, no amigo ou colega de trabalho que está sentado ao lado, ou seja, em diversos locais estão expostos atrativos e promoções, motivando o aumento das compras, e por consequência o endividamento.

Para Ferreira (2006, p. 17), “as finanças pessoais são definidas como o processo de planejar, organizar e controlar nosso dinheiro, tanto em curto, quanto médio e longo prazo”. A falta de planejamento pode causar ao indivíduo ou as micro e pequenas empresas - MPES vários problemas de ordem financeira, como o não pagamento das dívidas pessoais e para as MPES o fechamento das mesmas.

Pires (2007, p. 15-16) expõe ainda que o objetivo de gerir bem as finanças pessoais é assegurar que: o patrimônio pessoal cresça ao máximo, ampliando a independência financeira

e a necessidade de não trabalhar para terceiros ou tomar recursos emprestados para finalidades de consumo. O bom gerenciamento das finanças, aliado ao conhecimento financeiro acaba favorecendo os empreendedores a constituírem seu próprio negócio e podendo obter sucesso no mercado como MPEs.

## 2.2 Micro e pequenas empresas

Organizações são como entidades sociais dirigidas por metas, desenhadas como sistemas de atividades estruturados e coordenados, as quais estão ligadas ao ambiente externo. Sua principal característica diz respeito às pessoas e a seus relacionamentos. Por meio da interação e das atividades delas uma organização existe (DAFT, 2003).

Diversos tipos de negócios têm iniciado atividades no mercado, na maioria das vezes nascem na informalidade e posteriormente os proprietários formalizam suas empresas, assim fazendo parte do cadastro nacional de microempreendedores. No Brasil a regulamentação da microempresa e empresa de pequeno porte foi criada pela Lei Complementar nº 123/2006 proporcionando um tratamento favorecido, simplificado e diferenciado conforme disposto na Constituição Federal de 1988. Com base na lei simplificada o SEBRAE classifica o negócio de acordo com a receita bruta anual, como apresentado no quadro abaixo:

**Quadro 1-** Classificação das empresas de acordo com o faturamento

<b>Porte</b>	<b>Receita Bruta Anual R\$</b>
Microempreendedor Individual	Até R\$ 81.000,00
Microempresa	Igual ou inferior a R\$ 360.000,00
Empresa de Pequeno Porte	Superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00

**Fonte:** Sebrae (2019).

O surgimento de uma pequena empresa, normalmente, acontece por meio de um empreendedor, geralmente o principal executivo, predominando o improvisado nas tomadas de decisões e ações planejadas (FREIRE; LEMKE; SOUZA, 2011). A partir de necessidades ou desejos pessoas assumem riscos e acreditam no potencial de empreender abrindo o próprio negócio, após o registro do pequeno empreendimento torna-se um microempresário formalizado. É a partir desse registro no órgão competente que se distingue a pessoa física da pessoa jurídica.

De acordo com a Lei Complementar nº. 123/2006, esse regime diferenciado de arrecadação de tributos e contribuições é denominado "Simples Nacional". Se trata de uma forma de arrecadação unificada de diversos tributos e contribuições. O objetivo do enquadramento diferenciado é incentivar os empreendedores em sair da informalidade e obter os direitos oferecidos a categoria.

Conforme o SEBRAE (2014), os pequenos negócios respondem por mais de um quarto do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Juntas, as cerca de 9 milhões de micro e pequenas empresas no País representam 27% do PIB, um resultado que vem crescendo nos últimos anos. Os dados inéditos são revelados pelo presidente do SEBRAE, Luiz Barretto. “O empreendedorismo vem crescendo muito no Brasil nos últimos anos e é fundamental que cresça não apenas a quantidade de empresas, mas a participação delas na economia”, afirma Barretto. Portanto, os dados apresentados confirmam a pertinência das micro e pequenas empresas na economia brasileira.

### 2.2.1 Princípio da entidade e sua relevância para gestão das micro e pequenas empresas

A Resolução n.º 750/93 do Conselho Federal de Contabilidade – (CFC) (1993) apresenta os Princípios de Contabilidade, os quais representam a base das doutrinas e teorias da Contabilidade nacional, de acordo com o entendimento científico e profissional. Destaca-se para a presente pesquisa, o princípio a entidade, que de acordo com a resolução em referência, em seu artigo quarto, orienta:

**Art. 4º** O Princípio da ENTIDADE reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade da diferenciação de um Patrimônio particular no universo dos patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, um conjunto de pessoas, uma sociedade ou instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o Patrimônio não se confunde com aqueles dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

**Parágrafo único** – O PATRIMÔNIO pertence à ENTIDADE, mas a recíproca não é verdadeira. A soma ou agregação contábil de patrimônios autônomos não resulta em nova ENTIDADE, mas numa unidade de natureza econômico-contábil.

Apesar de ter sido revogada em 2016 e não exigir obrigatoriedade regida por lei, este princípio tem relevância na execução de sua fundamentação, pois em outras palavras está dizendo que não se deve confundir as contas pessoais com as contas empresariais. Esta situação está sujeita a acontecer e principalmente com os micro e pequenos empresários ao pensar que as empresas são deles e tem o direito de fazer retiradas sem registros ou pagar despesas pessoais com o dinheiro da empresa.

De acordo com o CFC, revogar a Resolução nº 750/1993, porém, não significa que os Princípios de Contabilidade estejam extintos. A revogação das resoluções visa à unicidade conceitual, indispensável para evitar divergências na concepção doutrinária e teórica, que poderiam comprometer aspectos formais das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs).

Para Souza Neto (1999), apesar da orientação técnica proposta pela Contabilidade, de forma prática a esta simples separação entre patrimônio da pessoa jurídica e da pessoa física não ocorre na maioria das empresas familiares. As decisões acerca de investimentos são comumente tomadas sem a devida verificação dos dados contábeis, não sendo raras situações como construções para utilização da pessoa jurídica em terrenos de propriedade dos sócios, ou até mesmos apartamentos de uso dos sócios dispostos em sobrelojas, onde os gastos são lançados como gastos da entidade.

O administrador deverá saber separar os gastos originados pelo negócios dos gastos pessoais. E quando houver o caso de administrador utilizar dinheiro da empresa, este terá que contabilizar um empréstimo da entidade para a pessoa física, da mesma forma se o administrador precisar pegar do seu próprio dinheiro para pagar algo da empresa, terá que ser contabilizado empréstimo de pessoa física para a empresa que contraiu o empréstimo. (MARION, 2009 apud FREIRE; LEMKE; SOUZA, 2011, p.4).

A situação se agrava em relação à interpretação dos demonstrativos contábeis, uma vez que poucas empresas de natureza familiar o fazem de forma correta, geralmente por dificuldade de interpretação ou pela falha na elaboração desses demonstrativos, que poderiam ser utilizados como instrumentos gerenciais (SOUZA NETO, 1999).

A pesquisa de Royer (2006) discute as dificuldades enfrentadas pelos empresários de micro e pequenas empresas, ao constatar que um dos grandes desafios para os gestores dessas empresas é o de gerir seus negócios observando e aplicando corretamente o Princípio da Entidade Contábil. Os resultados apresentados em sua pesquisa demonstraram que a aplicação deste princípio contábil está fortemente ligada à sobrevivência das organizações.

Não é coerente misturar o que é da empresa com o que é para uso pessoal. Ao instituir uma empresa, o empreendedor deve ter consciência de que os controles trabalharão ao seu favor, na medida em que ele permite que eles sejam feitos e colaborar nesse sentido.

### ***2.2.2 Fatores condicionantes a mortalidade das micro e pequenas empresas***

O estudo das causas de mortalidade precoce da MPEs é fruto de várias pesquisas. Um exemplo é Davis (1939), que já em meados dos anos 30 realizava estudos os quais mostravam que em algumas cidades dos Estados Unidos a mortalidade dessas empresas atingia um índice de 77,6% ao final do terceiro ano. Dessa pesquisa surgiram alguns fatores pelo alto índice de mortalidade como: carência de mão-de-obra especializada; falta de infraestrutura; instabilidade política e econômica; e a dificuldade de se adaptar às rápidas mudanças dos consumidores.

Em sua pesquisa Da Silva (2002) propôs uma série de medidas administrativas para evitar a morte prematura das MPEs. Tais medidas foram elaboradas a partir dos dados obtidos junto a doze empresários de MPEs, que obtiveram sucesso em suas empresas e conseguiram superar as crises. Os resultados dessa pesquisa indicaram que as principais dificuldades e fatores determinantes para as MPEs superarem as dificuldades durante os primeiros anos e que estão relacionados com o processo de mortalidade, são: a carga tributária elevada e falta de capital de giro; os empreendedores que conseguiram superar crises nas suas empresas tinham habilidades administrativas, comunicação persuasiva, de negociação e de comunicação interpessoal, entre outras. Ainda segundo Da Silva (2002) entre os fatores mais relevantes para o sucesso das MPEs, encontram-se: bom conhecimento do mercado no qual pretende atuar, ter um bom administrador, busca de assessoria fiscal e jurídica; e que o empresário tenha o perfil empreendedor.

Inicialmente quando se fala no índice de mortalidade de micro e pequenas empresas alguns fatores são mais citados, como falta de aptidão, conhecimento e interesse por parte do empreendedor, desconhecimento ou pouco conhecimento do mercado em questão, alto endividamento comprometendo toda a estrutura de capital da empresa, repentinas crises econômicas, descontrole financeiro, entre outros (SEBRAE, 2010).

Os fatores que ocasionam a mortalidade das micro e pequenas empresas em menos de três anos de sua existência fazem parte do interesse de diversos pesquisadores, na busca de entender e encontrar medidas que contribua para diminuição dos gargalos presentes na gestão do negócio. Desde o início dos anos 1970, Edmister (1972) buscou aplicar ferramentas para justificar o encerramento das micro e pequenas empresas, tomando como base análises financeiras e modernas técnicas estatísticas com o objetivo de testar a hipótese de que a má gestão financeira contribui para a mortalidade precoce de pequenas empresas.

Após finalizar esses estudos, verificou que é possível justificar o encerramento de uma micro e pequena empresa com até 5 anos de antecedência, com uma certa margem de erro, e que a má gestão financeira pode ser considerada um dos principais fatores que contribuem para a mortalidade precoce. Lima, Filardi e Lopes (2009) afirmam que no Brasil há carência de muitos estudos sobre MPEs, diferentemente de outros países, que realizam pesquisas periódicas sobre a insolvência dessas empresas.

À frente dos estudos, com aplicação de metodologia de pesquisa científica sobre a mortalidade de MPEs, estão os Estados Unidos. Segundo Barros (2015) em estudo sobre a importância do planejamento das micro e pequenas empresas em Caiapônia-Goiás, destacou os principais motivos que levaram os micro e pequenos empresários encerrarem as atividades;

foram eles: a falta de capital de giro, a carga tributária elevada, a alta inadimplência e a falta de clientes.

Filardi e Santos (2008) dividem as principais causas contribuintes para a mortalidade em três variáveis, como apresenta o Quadro 2.

**Quadro 2 - Classificação das causas contribuintes para a mortalidade precoce**

O EMPREENDEDOR	O NEGÓCIO	O AMBIENTE EXTERNO
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Competência na gestão</li> <li>• Experiência no ramo</li> <li>• Nível de escolaridade</li> <li>• Profissionalização da relação com sócios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Acesso ao crédito</li> <li>• Mão de obra qualificada</li> <li>• Planejamento estratégico</li> <li>• Suporte Jurídico e contábil</li> <li>• Qualidade de produtos e serviços</li> <li>• Inovação de produtos e serviços</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Burocracia legal e fiscal.</li> <li>• Competição dos Concorrentes.</li> <li>• Demanda dos clientes.</li> <li>• Fornecedores, representantes, distribuidores e parceiros.</li> <li>• Carga de impostos e tributos.</li> <li>• Aspectos econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e ambientais.</li> </ul>

**Fonte:** Filardi e Santos (2008, p. 6).

Alguns fatores que levam à falência foram citados por Felipe (2003): a opressão das grandes empresas, limitações do mercado, dificuldades na obtenção de recursos financeiros, o gerenciamento do capital de giro, a carga tributária, entre outros fatores econômicos, sociais e políticos. No entanto, além destes fatores, existem os que são influentes à empresa como a baixa capacidade para gerir os negócios (MOTTA, 2000, p.90).

Pesquisa realizada no Brasil pelo SEBRAE (2008) mostrou que antes de 2005, a metade dos empreendimentos fechava suas portas antes de completar dois anos. Já em 2005, de cada 100 pessoas que constituíram firma, 22 tiveram que encerrar antes do negócio chegar aos dois primeiros anos de vida. Para o SEBRAE (2008) esse resultado positivo está ligado à melhoria da economia, e principalmente a um maior preparo por parte dos empreendedores.

Segundo o SEBRAE (2019) quem faz um bom plano de negócio, conhece o mercado e seu cliente, e dispõe de capital de giro tem mais chance de dar certo. O plano de negócios é o instrumento ideal para traçar um retrato do mercado, do produto e das atitudes do empreendedor. É por meio dele que você terá informações detalhadas do seu ramo, produtos e serviços, clientes, concorrentes, fornecedores e, principalmente, pontos fortes e fracos do negócio, contribuindo para a identificação da viabilidade de sua ideia e da gestão da empresa.

À frente dos conceitos apresentados, seguem as decisões sobre a metodologia desenvolvida para cumprir o objetivo desta pesquisa de identificar se os proprietários das micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada em um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) depende do objeto de estudo e dos objetivos do pesquisador. Tartuce (2006), aponta que a metodologia científica trata de método e ciência. Método (do grego *methodos*; *met'hodos* significa, literalmente, “caminho para chegara um fim”) é, portanto, o caminho em direção a um objetivo; metodologia é o estudo do método, ou seja, é o corpo de regras e procedimentos estabelecidos para realizar uma pesquisa; científica deriva de ciência, a qual compreende o

conjunto de conhecimentos precisos e metodicamente ordenados em relação a determinado domínio do saber.

Metodologia científica é o estudo sistemático e lógico dos métodos empregados nas ciências, seus fundamentos, sua validade e sua relação com as teorias científicas. Esta pesquisa caracteriza-se quanto à abordagem como quantitativa, quanto aos objetivos como descritiva e quanto aos procedimentos, como bibliográfica, levantamento ou *survey*.

No que se refere a abordagem quantitativa, Fonseca (2002, p. 20) afirma:

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente.

Diehl (2004) apresenta um esboço acerca da pesquisa quantitativa pelo uso da quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se técnicas estatísticas, objetivando resultados que evitem possíveis distorções de análise e interpretação, possibilitando uma maior margem de segurança.

Em relação aos objetivos, Silva (2003) expõe que a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno, estabelecendo relações entre as variáveis, onde a coleta de dados possui técnicas padronizadas, como o questionário e a observação sistemática.

Quanto aos procedimentos utilizou-se da pesquisa bibliográfica, de levantamento ou *survey*. Fonseca (2002) aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população (também designado censo). A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa (FONSECA, 2002, p. 33).

Dentre os instrumentos abordados, inicialmente utilizou-se um questionário contendo 28 questões. O mesmo foi aplicado através do formulário *google forms* online, aplicado em micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB. Através do mesmo, pretendeu-se identificar se os proprietários conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira de suas organizações. A coleta de dados ocorreu durante o mês outubro de 2019. O público-alvo para o desenvolvimento da pesquisa foi composta pelos microempreendedores individuais e pequenos empresários. A amostra contemplou 120 micros e pequenas empresas e a seleção das mesmas realizou-se por acessibilidade de acordo com a disponibilidade de cada respondente.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A obtenção dos resultados foi realizada através da aplicação de um questionário (Apêndice), contendo 18 questões de múltipla escolha e 10 assertivas. A análise dos resultados segue de acordo com a ordem de aplicação das questões. Sendo eles, o perfil dos respondentes, características das empresas, nível de conhecimento dos proprietários sobre o Princípio da Entidade, por fim, os fatores emocionais que podem influenciar na gestão da organização.

#### 4.1 Perfil dos respondentes

A respeito do perfil dos respondentes são expostos os resultados daqueles que se disponibilizaram a contribuir para a pesquisa. Desse modo, inicia-se com a faixa etária, seguido do gênero, estado civil, grau de escolaridade e informação do curso de graduação e pós-graduação daqueles que possui ensino superior.

Do total de respondentes que contribuíram para pesquisa foi possível observar que 28,3% estão entre 30 e 40 anos de idade, este representa o maior percentual, de acordo com os resultados na Tabela 1. Relacionando esta faixa etária em destaque com o tempo de atuação das organizações, 44,11% das empresas estão no mercado a menos de 4 anos. Portanto, percebe-se que pessoas nessa idade tem investido em suas ideias, colocando-as em prática através de uma atitude empreendedora, com isso, torna-se necessário um esforço maior por parte dos proprietários em relação a busca de conhecimento sobre gestão, administração de negócios, como também, o foco na atualidade e nas mudanças mercadológicas influenciadas por meios digitais. Isso porque as pessoas que se encontram nessa faixa etária são de uma geração em que os meios digitais não faziam parte dessa era exponencial, onde esses avanços tecnológicos e o marketing digital podem ser vistos como gargalos e não como oportunidade por parte dos gestores. Outro ponto em relação ao comportamento dos mesmos é aceitação de opiniões de pessoas mais jovens, havendo uma resistência, podendo também ser uma oportunidade, considerando que a juventude está cada vez mais conectada.

**Tabela 1-** Faixa etária e gênero dos respondentes

<b>Faixa etária</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Representatividade</b>
Entre 18 e 25 anos	19	15,8%
De 25 a 30 anos	29	24,2%
De 30 a 40 anos	34	28,3%
De 40 a 50 anos	27	22,5%
Acima de 50 anos	11	9,2%
<b>Gênero</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Representatividade</b>
Feminino	67	55,8%
Masculino	53	44,2%

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.

A terceira e quarta questão apresentadas na Tabela 2, buscou identificar o estado civil e grau de escolaridade dos respondentes. De toda a amostra, 60% são casados, o percentual possibilita entender que a administração financeira das respectivas empresas, podem ser influenciadas pelos dependentes do proprietário, por se tratar de micro e pequenas empresas, as despesas pessoais são retiradas da mesma, de acordo com dados da pesquisa onde identificou que 32,2% dos pesquisados afirmaram que pagam as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa. Portanto, torna-se necessário um controle emocional e um conhecimento de gestão financeira por parte do gestor e a conscientização dos dependentes para entender a diferença do patrimônio pessoal e empresarial, afim de contribuir para o crescimento da organização estabelecendo limites de despesas de acordo com a capacidade da empresa.

**Tabela 2-** Estado civil e grau de escolaridade dos respondentes

<b>Estado civil</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Representatividade</b>
Solteiro	43	35,8%
Casado/União estável	72	60%
Separado/Divorciado	5	4,2%
Viúvo	0	0%
Outro	0	0%
<b>Grau de escolaridade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Representatividade</b>
Ensino fundamental	17	14,2%

Grau de escolaridade	Quantidade	Representatividade
Ensino médio	52	43,3%
Ensino superior	34	28,3%
Pós-graduação	17	14,2%

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.

Sobre a escolaridade, a maior representatividade está no ensino médio com 43,3%, seguido do ensino superior representado por 28,3%, onde 14,2% possui pós-graduação e por fim, 14,2% dispõe do ensino fundamental, conforme apresentado na Tabela 2. Ao analisar o conhecimento sobre noções administrativas e contábeis dos 52 respondentes, amostra com resultado elevado na questão, observou-se que 73,08% não conhecem o Princípio da Entidade, 13,46% conhecem, mas não aplicam e 13,46% conhecem e aplicam. Portanto, esses dados comprovam que a falta de conhecimento é um dos principais obstáculos para uma melhor administração financeira nas organizações.

Dentre os que possuem ensino superior, predominantemente são formados em Administração de Empresas, seguido de Ciências Contábeis, ainda existe algumas áreas que possui pessoas com pós-graduação, conforme representado na Tabela 3.

**Tabela 3** - Formação superior dos pesquisados

Cursos de formação superior	Quantidade Graduação	Representatividade de graduação	Quantidade Pós-graduação	Representatividade de pós-graduação
Agronomia	1	1,96%	1	5,88%
Administração de empresas	17	33,33%	6	35,29%
Ciências contábeis	8	15,68%	3	17,64%
Comunicação social	1	1,96%	0	0%
Direito	2	3,92%	0	0%
Educação física	3	5,88%	2	11,79%
Enfermagem	1	1,96%	0	0%
Eng. Rodoviária, Agrimensura e Eng. Florestal	1	1,96%	1	5,88%
Engenharia mecânica	1	1,96%	0	0%
Fisioterapia	2	3,92%	1	5,88%
Jornalismo	1	1,96%	0	0%
Letras	1	1,96%	1	5,88%
Matemática	1	1,96%	0	0%
Nutrição	3	5,88%	0	0%
Odontologia	1	1,96%	0	0%
Pedagogia	5	9,83%	1	5,88%
Psicologia	1	1,96%	0	0%
Relações internacionais	1	1,96%	1	5,88%

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.

A Tabela 3 apresenta os resultados da questão sobre o curso de formação superior dos participantes, de acordo com a Tabela 2 que expõe sobre o grau de escolaridade, 28,3% cursaram uma graduação e 14,2% dispõe de uma pós-graduação, dentre os cursos informados destacou-se a graduação em Administração de Empresas representando 33,33%, seguido da graduação em Ciências Contábeis caracterizando 15,68%, ambas são relevantes para administração financeira das organizações. Além dos dois cursos em destaque, outros 18 cursos foram apresentados com menor representatividade. Relacionando com o objetivo da pesquisa que é identificar se os proprietários das micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB conhecem e aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da

organização, observa-se que dos participantes da amostra que cursaram graduação nas duas áreas em destaque 45,83% conhecem e aplicam o Princípio da Entidade, 37,5% conhecem, mas não aplicam e 16,67% não conhecem, ou seja, mesmo sendo formado em área de gestão como Administração de Empresas ou mais especificamente em Ciências Contábeis, há um percentual elevado de pessoas que conhecem mais não aplicam. A falta de aplicação pode estar relacionada à fatores emocionais, de acordo com dados da pesquisa, 88,8% afirmaram que os sentimentos influenciam em suas decisões financeiras.

#### 4.2 Características das empresas

A questão 6 buscou saber há quanto tempo as empresas participantes atuam no mercado, destacou-se com 41,9% as empresas que atuam entre 1 e 4 anos, em segundo lugar com 23,9% organizações acima de 10 anos de atuação, representando 19,7% empresas entre 5 e 9 anos e 14,5% menos de 1 ano de atuação, conforme ilustrado na Tabela 4. De acordo com o SEBRAE (2016), a taxa de mortalidade no Brasil revela que 23,4% encerraram suas atividades com até 02 (dois) anos de existência, 45,0% não sobrevivem além dos 04 (quatro) anos). Os resultados dessa pesquisa mostram que o percentual expressivo está entre 1 e 4 anos de atuação, ou seja, dentro da média colocada pelo SEBRAE (2016). Portanto, torna-se relevante saber mais sobre o conhecimento dos proprietários dessas empresas sobre gestão, uma vez que conhecimento, capacitação aliado a atitude empreendedora garantirá a longevidade das organizações.

**Tabela 4** - Tempo de atuação da empresa no mercado

Tempo de atuação	Quantidade	Representatividade
Menos de 1 ano	17	14,5%
De 1 a 4 anos	49	41,9%
Entre 5 e 9 anos	23	19,7%
Mais de 10 anos	28	23,9%

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.

Sobre a classificação das empresas, foi utilizado como parâmetro o faturamento anual de acordo com o SEBRAE (2019). Há uma predominância das MEI atuando no mercado representando 75% na pesquisa, conforme ilustrado na Tabela 5.

**Tabela 5** - Porte das empresas participantes

Faturamento anual R\$	Quantidade	Representatividade
Até R\$ 81.000,00 (MEI)	90	75%
Igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (ME)	23	19,2%
Superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (EPP)	7	5,8%

**Fonte:** Elaborada pelo autor, 2019.

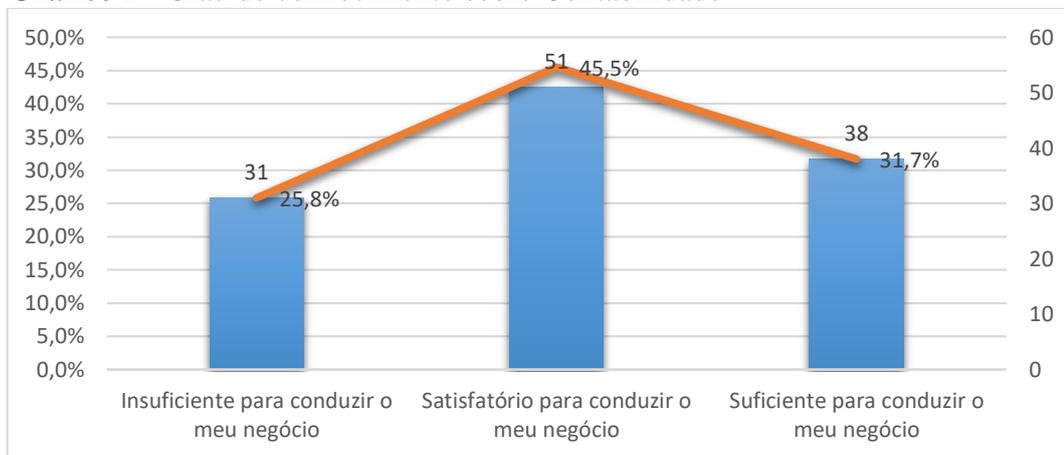
A representatividade expressa na pesquisa em relação ao percentual de participação das microempresas individuais (75%), corrobora com a pesquisa do SEBRAE (2014), onde destaca a significância das MEI mostrando que a participação das mesmas na economia representava 27,5% do PIB na economia brasileira.

#### 4.3 Conhecimento e aplicabilidade do Princípio da Entidade

Nessa sessão são tratadas as questões acerca do conhecimento dos proprietários em relação a noções contábeis, ao Princípio da Entidade, aplicabilidade do mesmo e a forma como conduzem seus negócios.

Na perspectiva de identificar o grau de conhecimento dos gestores sobre contabilidade, conhecimento este que contribui para gestão do negócio, favorecendo a consolidação no mercado, os respondentes foram questionados quanto a suficiência de conhecimento contábil que os mesmos detêm, 25,8% afirmaram ser insuficiente para conduzir o negócio, 45,5% consideraram satisfatório e 31,7% suficiente para conduzir o negócio, conforme ilustrado no Gráfico 1.

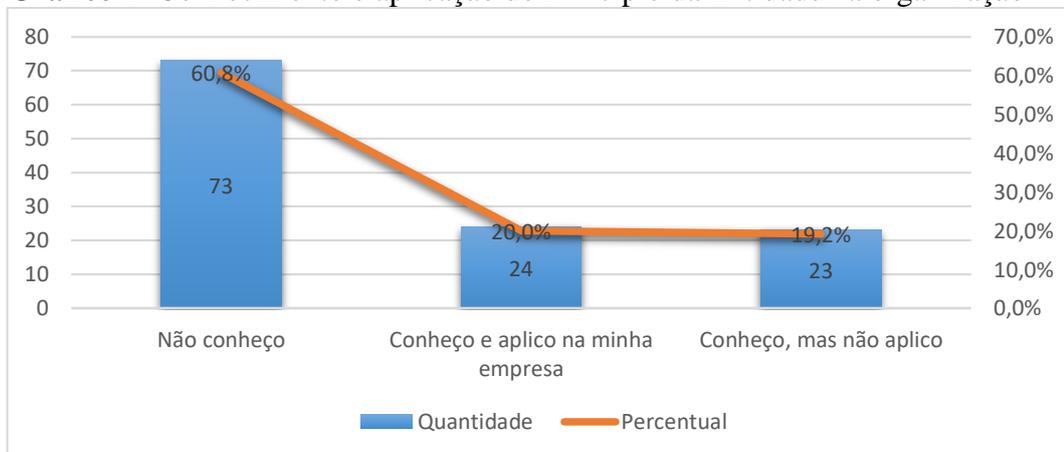
**Gráfico 1 - Grau de conhecimento sobre Contabilidade**



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2019).

A questão 9 buscou identificar a existência do conhecimento e cumprimento do Princípio da Entidade por parte dos gestores, fator curioso e relevante ao saber que o descumprimento deste princípio pode trazer prejuízos para a organização ao ponto de a mesma entrar em situação de falência. Então, considerando que o mesmo contribui efetivamente para que as empresas se mantenham ativas no mercado e sempre em crescimento ao longo do tempo, participantes foram questionados em três variáveis que resultou: 60,8% afirmam não conhecer o Princípio da Entidade, 20% conhecem e aplicam e 19,2% conhecem, mas não aplica na gestão da organização, conforme representado no Gráfico 2.

**Gráfico 2- Conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade na organização**



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2019).

Realizando um comparativo das empresas que afirmaram ter conhecimentos satisfatórios sobre contabilidade (77,2%), conforme apresentado no gráfico 1 com o conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade, verificou-se que do percentual expressivo sobre o autoconhecimento informado, 44,5% afirmaram não conhecer o Princípio

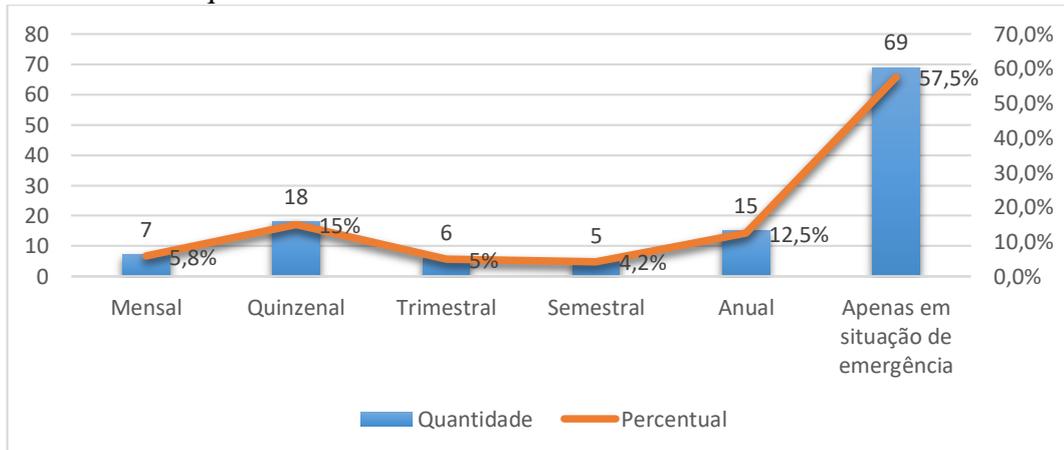
da Entidade, porém, dessa mesma amostra 61,79% afirmaram possuí um pró-labore mensal e 59,55% informaram que não misturam o dinheiro da empresa com o pessoal fazendo uma retirada fixa da organização para conta pessoa física. Os dados permitem identificar que mesmo informando não conhecer o Princípio da Entidade, pelo termo técnico, uma parcela da amostra adota práticas que caracteriza a aplicação do mesmo na gestão financeira da organização.

Após serem questionados sobre o grau de conhecimento e aplicação do Princípio da Entidade, os mesmos informaram através da décima questão, qual a maior dificuldade para aplicação do Princípio da Entidade na organização, 36,7% atribuíram ser pela falta de assistência de um contador, 30% por falta de capital de giro, 15,8% problemas financeiros, 9,2% despesas pessoais elevadas e 8,3% descontrole nas finanças pessoais. Portanto, o percentual mais elevado foi por falta de assistência contábil.

Para os respondentes da pesquisa, a falta de assistência contábil torna-se uma dificuldade para aplicação do Princípio da Entidade, para saber mais sobre a relação gestor e contador foram questionados se possuem assistência de algum órgão ou profissional de contabilidade para auxiliar na gestão do negócio, 50,8% afirmaram não possuir assistência, ao passo que 49,2% possuem auxílio de um profissional de contabilidade.

Os participantes foram questionados sobre a frequência que se encontram com contadores para orientação, agregando conhecimento para melhor gerir a organização, houve uma representatividade de 57,5% que não procuram ajuda contábil, apenas em situação de emergência, conforme mostra o Gráfico 3.

**Gráfico 3-** Frequência de reunião com contadores



**Fonte:** Elaborada pelo autor (2019).

Portanto, tornou-se possível perceber que a busca pelo conhecimento e a união entre proprietários, administradores e contadores é fundamental para o crescimento das organizações. Uma vez que as empresas assumem um papel significativo na economia e na sociedade de forma geral, torna-se essencial que sejam geridas por profissionais comprometidos com o bem comum, seja relacionado ao impacto com a geração de novos empregos, com uma maior participação no PIB, como também a responsabilidade socioambiental.

A questão 11 procurou saber qual o grau de importância os participantes atribuem a aplicação do Princípio da Entidade na gestão de suas empresas. Mesmo havendo um elevado percentual que não conhece o princípio os resultados foram significativos, 60,8% atribuíram como muito importante, 32,5% trata como indiferente ao passo que 6,7% considera pouco importante.

Considerando que a base do Princípio da Entidade é não confundir o dinheiro da empresa com o pessoal, foram questionados se possui um pró-labore mensal, 51,7% argumentou que tem e que faz uma retirada fixa por mês registrando a mesma na contabilidade da empresa ao passo que 48,3% não tem e pagam as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa.

A fim de explorar mais a questão do pró-labore os mesmos foram questionados sobre o tratamento da relação entre as despesas pessoais e empresariais, 44,2% informou não misturar as contas pessoais com a da empresa, 39,2% geralmente paga as contas pessoais com o dinheiro da empresa, 9,2% sempre paga as contas pessoais com o pró-labore e 7,5% faz retirada fixa mensal da empresa para a conta pessoal.

Portanto, foi possível identificar que existe um percentual elevado do descumprimento do Princípio da Entidade por parte dos gestores. O fato torna-se evidente ao mensurar que 48,3% não possui um pró-labore e geralmente pagam as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa. Atitude esta que sem um determinado controle pode contribuir para o desacelerar o crescimento da organização.

Algumas perguntas foram realizadas com o objetivo de verificar o ponto de vista dos gestores em relação ao crédito e a relação com a inadimplência na gestão do negócio a primeira delas foi se a facilidade de crédito para realizar compras contribui para o descontrole financeiro, tendo em vista o risco de inadimplência, 51,7% concorda que a facilidade do crédito contribui para o descontrole financeiro ao passo que 48,3% discorda da indagação.

De acordo com a questão se a empresa se encontra em situação de inadimplência ou se em algum período passado esteve inadimplente, 79,2% afirmaram não está em situação de inadimplência e que sempre paga as contas da empresa em tempo hábil, 12,5% não se encontra em situação de inadimplência, mas já esteve em períodos passados e 8,3% encontra-se inadimplente.

No caso da empresa está passando por necessidade financeira foram questionados se em situações como essa se recorrem a capital próprio pessoal ou de terceiros, 65,8% informam sempre recorrer a capital próprio e 34,2% a capital de terceiros.

A respeito da mortalidade precoce das micro e pequenas empresas 46,7% consideram ser por má gestão financeira, 30,8% por falta de clientes, 17,5% pelo uso do dinheiro da empresa contas pessoais, ou seja, o descumprimento do Princípio da Entidade e 5% consideram ser por inadimplência.

#### **4.4 Fatores emocionais**

A última parte do questionário relacionada aos fatores emocionais teve como objetivo analisar se os sentimentos pessoais tornam-se um fator de influência sobre as decisões dos proprietários em relação as atividades empresariais, uma vez que os gestores possuem responsabilidades pessoais a cumprir e estas são honradas através dos recursos financeiros retirados da empresa, esses sentimentos podem comprometer as finanças da organização em caso de descontrole emocional.

Do percentual da amostra, 54,17% sentem-se preparados para gerir seu próprio dinheiro, apenas 6,6% discordam, ou seja, não se sentem preparados para gerir o seu próprio dinheiro e 39,17% não concordam nem discordam. Portanto, de acordo com os 6,6% que discordaram e a imparcialidade dos que não opinaram sobre a questão, possibilitou identificar a existência de dúvidas na utilização dos recursos financeiros pessoais, isto pode tornar-se um risco para organização, decisões mal planejadas podem ocasionar prejuízos que atrasem o crescimento da empresa, considerando que as responsabilidades financeiras pessoais, sendo registradas na contabilidade ou não, são retiradas da empresa.

Outra questão buscou saber se os participantes consideram que os sentimentos influenciam nas decisões financeiras, 39,14% afirmaram ser influenciados pelos seus sentimentos, 31,7% não tem posição formada sobre isto e 29,16% não concordam ser influenciados pelos sentimentos. Relacionando com o gênero dos respondentes, verificou-se que 38,8% das mulheres concordaram ser influenciadas ao passo 29,85% discordaram. Já os homens 39,62% concordaram e 13,2% discordaram. Logo, percebe-se que entre homens e mulheres que concordaram serem influenciados pelos sentimentos nas decisões financeiras, há uma maior representatividade do gênero masculino com 39,62%. Do total da amostra 55,8% dos proprietários são mulheres, com base na pesquisa são elas que sofrem menos influência dos sentimentos, portanto, isso mostra que se torna maior a possibilidade das micro e pequenas empresas gerenciadas por mulheres permanecer no mercado.

Dentre os pesquisados 73,33% concordaram que a educação financeira é o caminho que ajudaria a evitar tomar decisões precipitadas em relação as finanças pessoais e empresariais, 5,84% não concordaram e 20,83% não tem opinião formada sobre a colocação.

Um dos sentimentos que podem influenciar nas decisões do uso do dinheiro é a inveja onde as pessoas adquirem produtos ou serviços porque viu alguém com um mesmo, esta indagação foi explorada na assertiva: já comprei algo que não precisava porque alguém tinha um, onde apenas 28,33% dos pesquisados afirmaram ter comprado algo porque alguém tinha um, 8,33% não teve o posicionamento sobre a questão e a maioria (63,34%) não concordam que comprou algo por que alguém tinha um.

Outro sentimento capaz de mudar as decisões financeiras é a vergonha onde muitas vezes as pessoas compram algo mesmo sem ter as condições financeiras necessários por se sentirem constrangidas em comprar algo mais barato. Mas de acordo com a pesquisa 83,33% discordaram que a vergonha pode ser o fator influenciador na decisão, 7,5% concordam e 9,17% não concorda nem discorda.

Ao serem questionados sobre a decisão de compra apenas por estética sem levar em consideração o custo benefício 38,3% afirmam que sim e 36,66% realizam compras apenas pelo prazer de posse.

Sobre o planejamento das finanças pessoais e poupança 61,66% afirmam planejar suas finanças e tão importante quanto planejar é poupar dinheiro, sempre possuir uma reserva, sendo assim 73,33% afirmaram conseguir poupar parte do que ganha. Consequentemente, identifica-se que mesmo em situações de crise, onde os recursos tornam-se escassos, ou até mesmo com o bombardeio de informações e incitações ao consumo, as pessoas têm a consciência de como deve administrar seu dinheiro. Conforme coloca Miranda (2012), os indivíduos com mais capacitação e que possuem algum conhecimento financeiro podem realizar escolhas e tomar decisões financeiras mais conscientes. O mesmo afirma a pesquisa, 73,33% considera que a educação financeira ajudaria a evitar tomar decisões precipitadas em relação as finanças pessoais e empresariais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo apresentado objetivou identificar se os proprietários das micro e pequenas empresas de Campina Grande-PB conhecem e utilizam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização. Através de questionário aplicado com micro e pequenos empresários, o que tornou possível responder o objetivo.

Das empresas analisadas, 45,5% dos gestores consideram possuírem conhecimentos contábeis satisfatórios para gestão do negócio, porém, existe uma parcela significativa que não conhece e consequentemente não aplicam o Princípio da Entidade na administração financeira da organização, ao passo que uma minoria conhece e aplica. Mesmo sem conhecer foi constatado pelas respostas que a maior dificuldade para utilização do mesmo é a falta de

assistência contábil, inclusive, 50,8% da amostra afirmaram não ter nenhuma assistência contábil ou apenas costumam se reunir com contadores quando aparece algum problema financeiro (57,5%) como foi levantado.

Sendo assim, o fato dos gestores serem leigos no assunto, identifica-se que está havendo negligência no gerenciamento das organizações, em que a contabilidade não tem sido aplicada de forma correta e quando aplicada, serve apenas para fins fiscais e tributários. É relevante entender que para o sucesso das empresas acontecer se faz necessário um bom planejamento e acesso dos gestores aos relatórios, ferramentas que auxilia na tomada de decisões, são elas que contribuíram para o crescimento da organização.

Outro fato que deve ser considerado é que, nas empresas analisadas, os administradores desconhecendo o Princípio da Entidade que tem como finalidade não confundir o dinheiro da empresa com o pessoal, os mesmo afirmaram que possui um pró-labore mensal, onde 51,7 % argumentou que tem e que faz uma retirada fixa por mês registrando a mesma na contabilidade da empresa e 48,3% não tem e pagam as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa, onde poder inferir que pode causar problemas financeiros ou mesmo o fechamento da empresa.

Portanto, foi possível identificar que existe um percentual elevado do descumprimento do Princípio da Entidade por parte dos gestores. O fato torna-se evidente ao mensurar que 48,3% não possui um pró-labore e geralmente pagam as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa. Atitude esta que sem um determinado controle pode contribuir para o desacelerar do crescimento da organização. A pesquisa permitiu, ainda, ratificar a significância do Princípio da Entidade, onde 60,83% consideraram como muito importante a aplicação do mesmo na administração financeira, ou seja, o Princípio da Entidade torna-se uma ferramenta essencial no apoio ao processo de gestão das empresas e no esclarecimento dos empresários sobre a distinção das finanças pessoais e empresariais.

## REFERÊNCIAS

BARROS, F, D.A **Importância do Planejamento Estratégico das Micro e Pequenas Empresas: Estudo de Caso na empresa Casa do Campo**. 60f. Trabalho de conclusão de curso de Administração de Empresas da Fesurv- Universidade de Rio Verde- Campus Caiapônia, 2015.

BRAUNSTEIN, S.; WELCH, C. **Financial literacy: an overview of practice, research, and policy**. Federal Reserve Bulletin, nov. 2002.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Revogação da Resolução nº 750/1993: contexto e considerações**. Brasília, 4 nov. 2016. Disponível em: <<https://cfc.org.br/noticias/revogacao-da-resolucao-no-7501993-contexto-e-consideracoes/>>. Acesso em: 18 nov. 2019.

COTIAS, Adriana. **Na crise, aperte o cinto**. Sine loco, dez. 2008. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/2950/1876>>. Acesso em: 30 set. 2019.

DA SILVA, Ricardo Luiz. **Micro e Pequenas Empresas: Um estudo sobre sua Mortalidade Prematura**. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Sistemas de Gestão), 2002.

DAFT, Richard L. **Organizações: teorias e projetos**. São Paulo: Pioneira, 2003.

DAVIS, H. **Business mortality: the shoe manufacturing industry**. Harvard Business Review, v.17, Issue 3, p.331, 8p. Spring, 1939.

DIEHL, Astor Antonio. Pesquisa em ciências sociais aplicadas: **métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo corporativo- 2 ed.- Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

EDMISTER, R. O. **An Empirical Test of Financial Ratio Analysis for Small Business Failure Prediction**. Journal of Financial and Quantitative Analysis, v. 7, n. 2, p. 1477-1493, 1972. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2307/2329929>>. Acesso em: 27 set. 2019.

Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. **LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp123.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm)>. Acesso em 16 out. 2019.

FERREIRA, Rodrigo. **Como planejar, organizar e controlar seu dinheiro: manual de finanças pessoais**. São Paulo, SP: IOB Thomson, 2006. 160 p.

FONSECA, João J. S. da. **Metodologia da pesquisa científica**. Ceará: UECE, 2002.

FREIRE, Jozielton dos Reis; LEMKE, Valdinéia; SOUZA, Almir da Cruz. Mistura das contas pessoais e patrimoniais em micro e pequenas empresas: estudos múltiplos de casos no setor supermercadista de Santa Teresa. **VIII Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**. 2011. ES. p. 1 a p.14. Disponível em: <<http://www.convibra.com.br>>. Acesso em: 30 set. 2019.

LIMA, M. V. A.; FILARDI, L. F.; LOPES, A. L. M. **Avaliação multicritério do risco percebido dos fatores contribuintes para a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas no Brasil**. In: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS – SIMPOI, 12. 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV-EAESP, 2009.

MOTTA, F.G. **Fatores condicionantes na adoção de métodos de custeio em pequenas empresas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade de São Paulo, São Paulo. 2000.

OCDE (Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico). **OECD's Financial Education Project**. Assessoria de Comunicação Social, 2004. Disponível em: <[www.oecd.org/](http://www.oecd.org/)>. Acesso em: 25 Set. 2019

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy – Analysis of issues and policies**. Paris, 2005.

PEREIRA, Glória Maria Garcia. **A energia do dinheiro**. São Paulo: Gente. 2001.

PIRES, Valdemir. **Finanças Pessoais: Fundamentos e Dicas**. 2007. Disponível em: <<http://revista.uemg.br/index.php/cgf/article/view/2950/1876>>. Acesso em: 27 Set. 2019.

Princípios Fundamentais De Contabilidade. **RESOLUÇÃO CFC N.º 750/93**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res750.htm>>. Acesso em: 14 out. 2019.

SEBRAE. **Confira as diferenças entre micro empresa, pequena empresa e MEI**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas->

entre-microempresa-pequena-empresa-e  
mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 30 set. 2019

SEBRAE. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa.** Disponível em:  
<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/sebraeaz/lei-geral-completa-10-anos-e-beneficia-milhoes-de-empresas,baebd455e8d08410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso: 28 out. 2019.

SEBRAE. **Micro e pequenas empresas geram 27% do PIB do Brasil.** Disponível em:  
<<http://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/mt/noticias/micro-e-pequenas-empresas-geram-27-do-pib-do-brasil,ad0fc70646467410VgnVCM2000003c74010aRCRD>>. Acesso: 18 nov. 2019.

SEBRAE NACIONAL. **Tudo o que você precisa saber para criar o seu plano de negócio.** 12 nov. 2019. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/como-elaborar-um-plano-de-negocio,37d2438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. São Paulo: Atlas, 2003. 181 p.

Souza Neto, R. de. (1999). **Princípio da entidade e a empresa familiar.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 4, n. 1, p. 41–45.

TARTUCE, T. J. A. **Métodos de pesquisa.** Fortaleza-CE: UNICE, 2006

VIEIRA, Saulo. F. A.; BATAGLIA, Regina. T. M.; SEREIA, Vanderlei J. **Educação Financeira e Decisões de Consumo, Investimento e Poupança:** Uma análise dos alunos de uma Universidade pública do Norte do Paraná: Revista de Administração da UNIMEP. v.9, n.3, setembro/dezembro–2011ISSN:1679-5350: Disponível em:  
<<http://www.raunimep.com.br/ojs/index.php/regen/article/view/345>> Acesso em 20 out. 2019

**APÊNDICE - QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**  
**UEPB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**  
**GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS**

**CARTA DE APRESENTAÇÃO**

Caro Proprietário/Gestor,

Estou realizando uma pesquisa sobre a aplicabilidade do Princípio da Entidade nas micro e pequenas empresas. Gostaria de saber sobre a realidade de sua empresa. Isso me ajudará a aprimorar os conhecimentos e concluir a minha pesquisa para o trabalho de conclusão do curso. Suas respostas serão tratadas de forma totalmente anônima.

Sua participação é muito importante para mim.

**01. Informe a sua faixa etária**

- Entre 18 e 25 anos
- De 25 a 30 anos
- De 30 a 40 anos
- De 40 a 50 anos
- Acima de 50 anos.

**02. Gênero**

- Masculino
- Feminino

**03. Estado Civil**

- Solteiro.
- Casado/União Estável.
- Separado/Divorciado.
- Viúvo.
- Outro.

**04. Grau de Escolaridade**

- Ensino Fundamental
- Ensino Médio
- Ensino Superior. Curso: \_\_\_\_\_
- Pós-Graduação Área: \_\_\_\_\_

**05. Há quanto tempo esta empresa exerce suas atividades?**

- Menos de 1 ano
- De 1 a 4 anos
- Entre 5 e 9 anos
- Mais de 10 anos

**06. Qual a classificação de sua empresa de acordo com o faturamento?**

- Microempresa Individual – Faturamento anual até R\$ 81.000,00
- Microempresa - Faturamento anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00
- Empresa de Pequeno Porte - Faturamento anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00

**07. Qual o seu grau de conhecimento sobre contabilidade?**

- Insuficiente para conduzir o meu negócio
- Satisfatório para conduzir o meu negócio
- Suficiente para conduzir o meu negócio

**08. Você conhece e aplica o Princípio da Entidade em sua empresa?**

- Não conheço
- Conheço, mas não aplico
- Conheço e aplico na minha empresa

**09. Qual a maior dificuldade de aplicação do Princípio da Entidade na organização?**

- Problemas financeiros
- Falta de assistência de um contador
- Falta de capital de giro
- Despesas pessoais elevadas
- Descontrole das finanças pessoais

**10. Qual o grau de importância você atribui a aplicabilidade do Princípio da Entidade?**

- Muito importante
- Indiferente
- Pouco importante

**11. Você tem um pró-labore mensal?**

- Não tenho, sempre pago as contas pessoais com o dinheiro do caixa da empresa
- Tenho, todo mês faço uma retirada fixa da empresa para minha conta pessoal registrando a retirada na contabilidade da empresa

**12. Como você trata a relação das despesas pessoais com as empresariais?**

- Não misturo as contas pessoais com as da empresa
- Geralmente pago as contas pessoais com o dinheiro da empresa
- Faço retirada fixa mensal da empresa para minha conta pessoal
- Sempre pago minhas contas pessoais com o meu pró labore

**13. Possui assistência de algum órgão ou profissional de contabilidade para auxiliar na gestão do negócio?**

- Sim
- Não

**14. Com que frequência se reúne com um contador para orientação sobre a gestão do seu negócio?**

- Quinzenal
- Mensal
- Trimestral
- Semestral
- Anual
- Não costumo me reunir, procuro um contador somente em situações de emergência

**15. A facilidade de crédito para realizar compras contribui para o descontrole financeiro, tendo em vista o risco de inadimplência?**

- Não
- Sim

**16. Encontra-se em situação de inadimplência ou já comprometeu as contas das empresas por situação de inadimplência em outro período?**

- ( ) Não, geralmente pago as contas da empresa em tempo hábil  
 ( ) Não, mas já houve um período que a empresa esteve inadimplente  
 ( ) Sim, a empresa encontra-se em situação de inadimplência

**17. Em possíveis necessidades financeira da empresa, geralmente recorre a capital próprio ou de terceiros?**

- ( ) Capital próprio  
 ( ) Capital de Terceiros

**18. Como que você avalia a questão da mortalidade das micro e pequenas empresas?**

- ( ) Má gestão financeira  
 ( ) Inadimplência  
 ( ) Falta de clientes  
 ( ) Uso do dinheiro da empresa para contas pessoais

**Marque a sessão a seguir de acordo com o grau de concordância onde 1 representa discordo, 2 Nem discordo nem concordo e 3 concordo.**

Assertivas	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
Sinto-me totalmente preparado para gerir meu dinheiro.	1	2	3
Meus sentimentos influenciam minhas decisões financeiras.	1	2	3
A educação financeira me ajudaria a evitar tomar decisões precipitadas em relação as finanças pessoais e empresariais.	1	2	3
Já comprei algo que não precisava porque alguém tinha um.	1	2	3
Já comprei algo mais caro por estar na frente de amigos e me sentir constrangido em comprar algo mais barato.	1	2	3
Já comprei algo mais caro só por causa de estética sem levar em conta o custo-benefício.	1	2	3
Não consigo poupar porque não consigo me controlar gasto dinheiro com qualquer besteira.	1	2	3
Já comprei apenas motivado pelo prazer de posse.	1	2	3
Não planejo minhas finanças pessoais.	1	2	3
O medo já me levou a tomar decisões financeiras que me arrependi depois.	1	2	3

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que é sempre o meu guia mostrando os melhores caminhos a serem trilhados para vencer os obstáculos.

Agradeço aos meus pais, Severino do Nascimento e Francinete Rosa do Nascimento, por ter me ajudado e me ensinado tudo o que sou, e que mesmo na sua simplicidade demonstram sempre querer o melhor para mim, e sempre ficam felizes com minhas conquistas.

Aos meus irmãos, Iara e Natanael, por serem muito presente em minha vida, passando sempre segurança através do companheirismo.

Ao meu primo/irmão Alex Renato pelo grande apoio e incentivo durante minha jornada.

À minha avó, Maria Rosa Daguia, que sempre esteve ao meu lado me incentivando e sempre torcendo pelas minhas conquistas, como também aconselhando para seguir sempre o melhor caminho.

À minha tia, Nubia Rosa, pelas contribuições e ensinamentos que me ajudou a me tornar quem sou, desde criança cuidou muito bem de mim, muito do que sou, posso dizer que foi pela grande contribuição dela.

À Profa. Ma. Kaline Di Pace Nunes pelos ensinamentos, pelo trabalho de orientação, pela amizade, dedicação, carinho e incentivo que demonstrou durante todo o período das disciplinas em que fui seu aluno, como também em todo o tempo de realização dessa pesquisa.

Ao corpo docente do Curso de Bacharelado em Administração por todos os ensinamentos.

Aos membros da banca, Profa. Dra. Ana Maria da Paixão Duarte e a Profa. Ma. Larissa Ataíde Martins Lins Bezerra pelas contribuições acrescentadas na banca como também meu sincero agradecimento pelos ensinamentos nas disciplinas ministradas.

Profa. Ma. Maria do Socorro de Carvalho Elisiário pelos ensinamentos na graduação como também durante o período de monitoria em sua disciplina de matemática financeira.

Aos amigos e companheiros de Curso, Karina, Raysa, Rebeca, Renata, Paulo, Augusto e Matheus que estiveram comigo durante toda esta caminhada universitária, compartilhando saberes, aflições e momentos de muita alegria também.

Ao meu amigo Jeff Silva, pela parceria, pelo acolhimento, aconselhamentos, disponibilidade e carinho.

Ao meu amigo Berg Luna, por ter acompanhando minha trajetória, pelo incentivo aos meus projetos e por acreditar sempre no meu sucesso.

À professora Elizete Amaral de Medeiros, pelos ensinamentos desde o ensino fundamental, pelo orgulho que sente me apresentando sempre como referência ao seu alunado, como também pelas contribuições acrescentadas.

A todos os meus familiares que de forma direta ou indireta contribuíram para minha jornada profissional e por se alegrarem com essa grande conquista.

Meus sinceros agradecimentos!